

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.178 - RJ (2019/0047260-6)**

**RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI**  
**AGRAVANTE : FAUSTO ALBERTO DA CONCEIÇÃO BENTO**  
**ADVOGADO : ROMEU FERNANDO CARVALHO DE SOUZA E OUTRO(S) -**  
**RJ065722**  
**AGRAVADO : CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO : GERSON DE CARVALHO FRAGOZO E OUTRO(S) - RJ106445**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (art. 1042 do NCPC), interposto por FAUSTO ALBERTO DA CONCEIÇÃO BENTO, contra decisão que não admitiu recurso especial.

O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, desafia acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, assim ementado (fls. 815/816, e-STJ):

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. INTERPOSIÇÃO DE DUAS APELAÇÕES. NÃO CONHECIMENTO DA SEGUNDA. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO. PROVA PERICIAL. SISTEMA DE AMORTIZAÇÃO CONSTANTE. INEXISTÊNCIA DE ABUSIVIDADE CONTRATUAL.

1. Trata-se de Apelações Cíveis (fls. 771/780 e 781/790) interpostas por Fausto Alberto da Conceição Bento, tendo por objeto sentença (fls. 762/769) e parte apelada CEF, em autos de ação objetivando revisão de contrato de mútuo firmado sob a égide do Sistema Financeiro Habitacional, que julgou improcedente a pretensão autoral.

2. Inicialmente, impõe-se o não conhecimento do recurso de fls. 771/780, em função da evidente ocorrência da preclusão consumativa, em consonância com o princípio da unirrecorribilidade das decisões.

3. Analisando os autos, verifica-se a interposição de duas apelações, às fls. 781/790, protocolada em 22/06/2017, às 18:30 h; e a apelação de fls. 771/780, protocolada no mesmo dia, às 18:50 h.

4. Inobstante o juiz não esteja adstrito ao laudo da prova pericial, conforme preceituado no art. 479, do CPC, considera-se que referida prova tem a função de fornecer ao órgão julgador elementos de instrução acerca de temas carecedores de conhecimentos técnicos especiais.

5. Os cálculos do perito judicial constituem forte elemento probatório e gozam de presunção iuris tantum de veracidade, diante do atributo da imparcialidade de que goza o auxiliar do juízo, sendo permitida a utilização de prova em contrário para ilidi-lo, o que não se verifica no caso dos autos.

6. O SAC caracteriza-se por abranger prestações consecutivas decrescentes com amortizações constantes. A prestação inicial é calculada dividindo o valor financiado pelo número de prestações, acrescentando ao resultado os juros referentes ao primeiro mês, e a cada período de doze meses é recalculada a prestação, considerando o saldo devedor atualizado, o prazo remanescente e os juros contratados.

7. O laudo pericial presente nos autos não aponta sequer uma irregularidade praticada pela CEF, relativamente ao contrato de financiamento.

8. Apelação de fls. 771/780 não conhecida.

9. Apelação de fls. 781/790 desprovida.

10. Honorários advocatícios majorados em 0,5% sobre o valor da causa (R\$ 282.810,23), nos termos do artigo 85, §11, do NCPC, cuja execução ficará suspensa ante a gratuidade de justiça deferida.

Em suas razões de recurso especial (fls. 820/828, e-STJ), o agravante aponta ofensa aos artigos 47 do Código de Defesa do Consumidor; 423 e 591 do Código Civil. Sustenta, em síntese: i) a impossibilidade da incidência automática da capitalização dos juros. Afirma, ainda, que "o contrato de mútuo sob exame, não contempla expressamente a capitalização composta de juros e muito menos a simples e a capitalização não pode ser presumida e nem ser aplicada automaticamente, logo, o mesmo deve ser interpretado de forma mais benéfica para o consumidor, aplicando-se a capitalização de juros simples"; ii) inexistência expressa pactuação para capitalização simples ou composta, então, a sua cobrança deve ser obstada.

Sem contrarrazões (fl. 844, e-STJ).

Em juízo de admissibilidade, negou-se o processamento do recurso especial, sob o fundamento de incidência das Súmulas 7 e 83 do STJ.

Daí o agravo (fls. 874/883, e-STJ), buscando destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 887/890, e-STJ.

É o relatório.

Decido.

O inconformismo **não merece** prosperar.

1. Na hipótese, a Corte Regional, ao negar provimento ao apelo do ora insurgente, afastou a ocorrência de anatocismo. Consignou, ainda, que no contrato de mútuo sob exame foi pactuado taxa de juros, consoante denotam os seguintes excertos do acórdão recorrido (fls. 813/814, e-STJ):

No que diz respeito à alegada ineficácia do laudo pericial, sem razão a parte autora, ora apelante.

Inobstante o juiz não esteja adstrito ao laudo da prova pericial, conforme preceituado no art. 479, do CPC, considera-se que referida prova tem a função de fornecer ao órgão julgador elementos de instrução acerca de temas carecedores de conhecimentos técnicos especiais.

Os cálculos do perito judicial constituem forte elemento probatório e gozam de presunção iuris tantum de veracidade, diante do atributo da imparcialidade de que goza o auxiliar do juízo, sendo permitida a utilização de prova em contrário para ilidi-lo, o que não se verifica no caso dos autos.

**Analisando a documentação acostada aos autos, verifica-se às fls. 17, que foi pactuado o sistema de amortização SAC, taxa de juros nominal de 8,5101% e efetiva de 8,8500%.**

O sistema de amortização constante (SAC) não causa prejuízos ao mutuário, pois consiste em um método em que as parcelas tendem a decrescer a cada prestação, ou, no mínimo, se manterem estáveis, inclusive, com a redução do saldo devedor ao longo do prazo de financiamento, motivo pelo qual não prospera o argumento de existência de anatocismo.

O SAC caracteriza-se por abranger prestações consecutivas decrescentes com amortizações constantes. A prestação inicial é calculada dividindo o valor financiado pelo número de prestações, acrescentando ao resultado os juros referentes ao primeiro mês, e a cada período de doze meses é

recalculada a prestação, considerando o saldo devedor atualizado, o prazo remanescente e os juros contratados.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria a rediscussão de matéria fática, e a interpretação de cláusula contratual, incidindo, na espécie, os óbices das Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, motivo pelo qual é manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

CIVIL. PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. COMPRA E VENDA DE AERONAVE. PROCEDÊNCIA. APELO ESPECIAL. OFENSA AO ART. 1022 DO NCPC. OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. QUESTÃO NOVA SUSCITADA APENAS NOS EMBARGOS. COBRANÇA DE JUROS CAPITALIZADOS. INOCORRÊNCIA. ALTERAÇÃO DO JULGADO. SÚMULAS NºS 5 E 7, AMBAS DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO, COM IMPOSIÇÃO DE MULTA.

(...)

3. É vedada a inovação recursal em sede de recurso especial, cujo acolhimento pressupõe o prequestionamento da questão federal invocada.

**4. O Tribunal a quo reconheceu inexistir capitalização de juros no contrato e suas repactuações. Reformar tal entendimento encontra óbice no enunciado das Súmulas nºs 5 e 7, ambas do STJ.**

(...)

7. Agravo interno não provido, com imposição de multa.

(AgInt no AREsp 1233404/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 05/06/2018, DJe 15/06/2018)

**2. Ante o exposto, com fulcro no art. 932 do CPC/2015 c/c Súmula 568/STJ, nego provimento ao agravo.** Por conseguinte, nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro em 10% (dez por cento) o valor dos honorários advocatícios arbitrados na origem, observado, se for o caso, o disposto no art. 98, § 3º, do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator